



DIÁRIO DE NOTÍCIAS	COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE	DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ	DIÁRIO DE LISBOA	17 JAN. 1980
DIA	CAPITAL	
DIÁRIO	TARDE	
A TRIBUNA		
PRIMEIRO DE JANEIRO		
JORNAL DE NOTÍCIAS		



**O INTERLOCUTOR AUSENTE**

O exercício de eloquência parlamentar que os ministros da «nova maioria» nos ofereceram, só muito relativamente era dedicado ao respeitável público em geral. Nós ouvimos o que diziam a um interlocutor ausente, mas cuja presença na vida nacional, as funções que exerce, os poderes reais (e reais) que detém, constitui somb a estrutura dos pilares eleitoralmente coligados e instalados na governação de Portugal.

Ouvimos, devassada a nossa intimidade pelo alheio discurso, quanto diziam uns aos outros, os do Governo aos da oposição, os das oposições aos do Governo, todos se referindo à Constituição da República (essa incomodidade para a AD), alguns se dirigindo, directa ou indirectamente, ao interlocutor ausente.

A relação entre os **órgãos de soberania** assume aspectos de uma gravidade que não deverá ser minimizada, e reveste-se de aspectos pitorescos, quiçá grosseiros. Ao dar posse ao VI Governo Constitucional, para gozo da opinião pública democrática mas forçando o que em tal cerimónia seria curial, o Presidente da República dirigiu aos governantes da «nova maioria», como quem lhes fazia uma exortação pedagógica, um altivo desafio democrático.

Só quem não assistiu, ou não foi informado, acerca do que se passou nos salões da Ajuda, não estará consciente do clima conflitual que se gerou. De então para cá as coisas agravaram-se. O «caso» Maria de Lurdes Pintasilgo atinge o carácter deplorável de uma desconsideração ao Presidente da República e o aspecto mesquinho de um vexame pessoal, de uma perseguição, a uma mulher que merece o respeito dos políticos e que conquistou largas e sinceras simpatias no País.

A campanha eleitoral das forças e personalidades coligadas na «Aliança Democrática» orientara-se para uma contestação dos poderes político-militares do Presidente da República e do Conselho da Revolução e para um ataque furioso ao Governo de Maria de Lurdes Pintasilgo. A indelicadeza — basta esta palavra ambígua para qualificar a decisão — de suspender os decretos e despachos do anterior Governo, não poupando medidas honradas com a aprovação do Presidente da República ou que se sabia serem do seu agrado, atingiu a fronteira que separa a colaboração constitucional do despique e da disputa entre órgãos de soberania. A representação de Portugal na Unesco foi posta em causa para vexar Maria de Lurdes Pintasilgo, para vexar o Presidente da República. Mais do que a orientação do seu trabalho na Unesco, muito além do seu terceiro-mundismo, o que se reprova a Maria de Lurdes Pintasilgo é ter sido a Primeiro-Ministro escolhida, designada e titular da confiança do general Ramalho Eanes.

A representação de Portugal na Unesco é utilizada para uma querela interna e de baixo nível ético, como é utilizado um problema internacional cuja gravidade não desejamos esbater nem explorar, para provocar deslocações da correlação das forças políticas no plano interno e prestar um serviço aos grandes estrangeiros a quem se rende vassalagem. Aqui atingiram-se os limites do ridículo. No que a Maria de Lurdes

Pintasilgo se refere não houve receio de ferir as regras elementares da convivência cívica. O verniz estalou. Os sentimentos recalçados libertaram-se para uma desalegrante vinçança, precipitada e tinta de mediocridade.

A lição parlamentar do professor Freitas do Amaral não trouxe surpresas. Foi além do que se esperava? Talvez. Mas tudo se passou na linha de rumo que o CDS adoptou e que ultrapassa, **pela direita**, as posições de Francisco Sá Carneiro, Pinto Balsemão, e os restantes PSD que não sonham regressar ao PPD. Expliquemo-nos.

Continua a existir no PSD, a pensar politicamente e a manobrar, uma ala que, embora entenda tirar todo o partido possível da vitória eleitoral da «Aliança Democrática» e da constituição da «nova maioria de Governo», no íntimo deseja, explorando a tendência centrista que sucessivamente tem tido expressão no Partido Socialista (veja-se a aliança com o CDS, considere-se o anticomunismo profundo; não se esqueça a unidade de direcção), constituir um grande **bloco do centro** (a apresentar a opinião como de **centro-esquerda**), que marginalize a **esquerda** (mesmo a **esquerda do PS**) e a **direita** (à direita do PSD), força que se apresente respeitável a uma Europa democrática e que seja capaz de disputar vitoriosamente a eleição presidencial.

Para esta ala do PSD, e talvez para o próprio dr. Francisco Sá Carneiro, o discurso do professor Diogo Freitas do Amaral tem acentos desagradáveis, desenvolvimentos lógicos e ilógicos pouco ponderados, contém ameaças escusadas, um apesporrência inútil, denuncia inexperience (o que se perdoa) e ingenuidade (o que se lamenta).

No fundo e na forma, uma tal oração — descontadas que sejam as setas arremessadas ao interlocutor ausente —, dá mostras de uma tendência pouco diplomática, nada serena, e vagamente irresponsável, para explorar no plano interno os problemas internacionais, não tendo em conta que de lá fora acompanham o que se diz em São Bento e anotam o que um ministro dos Negócios Estrangeiros se permite contestar relativamente à actuação pessoal do Chefe do Estado ou às iniciativas que apoiou.

O general Ramalho Eanes em relação aos Países Africanos de Expressão Portuguesa, aos Países Socialistas, à Palestina e outras questões árabes e mediterrânicas, ao Movimento dos Países Não-Alinhados, teve atitudes, apoiou iniciativas, proferiu palavras em nome de Portugal.

A crítica, ou a rectificação, deveriam ser regularmente encaminhadas — se esse fosse o caso —, e não objecto polémico, despropositadamente explorado a pretexto de apresentação da política internacional que a «nova maioria» pretende realizar.

A atitude do professor Diogo Freitas do Amaral foi infeliz e incorrecta. Não prestigia Portugal, não prestigia a «nova maioria».

Quis o homem político de concentrado e severo aspecto exibir-se em S. Bento como um contestatário intemerato. Foi o Presidente da República o alvo que elegeram para os golpes certeiros e para os golpes cegos do seu montante de cruzado da Europa Unida (que é dela?) e do Ocidente farol de civilização.

Velhas ideias. Regressos de curta inspiração e triste mimetismo que nada adiantam. Nem quanto à marcha para a Europa (onde sempre estivemos), nem quanto ao prestígio das «alternativas de poder» no quadro constitucional.

Se a «nova maioria» se reconhece neste conflito procurado com o Presidente da República, há razões para preocupação quanto à razão profunda de um tão insensato procedimento.

Para onde vamos? Que pretende a «Aliança Democrática»?